



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
Núcleo de Apoio Regional COPAM

Pág.: 1

PROCESSO JURÍDICO  
Processo: 12666/2005/001/2005  
Documento: 188097/2006  
Pag.: 022



|   |                                |
|---|--------------------------------|
| <b>PARECER JURÍDICO</b><br><b>Nº 76 SUPRAM - NM 188097/2006</b> |                                |
| Indexado ao(s) Processo(s) Nº:<br>12666/2005/001/2005           | Indexado ao Parecer Técnico Nº |
| Tipo de processo:   |                                |
| Licenciamento Ambiental ( ) Auto de Infração ( <b>X</b> )       |                                |

### 1. Identificação

|  |  |
|--|--|
| Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo):<br><b>DEPÓSITO DE LIXO / PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRA</b> | CNPJ / CPF:<br><b>25.223.009/0001-92</b>     |
| Empreendimento ( Nome Fantasia)  |  |
| Município:<br><b>LONTRA</b>  |  |
| Atividade predominante:<br><b>Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos.</b>                          |  |
| Código da DN e Parâmetro<br>[Indicadores]  |  |
| Porte do Empreendimento  | Potencial Poluidor                           |
| Pequeno ( x ) Médio ( ) Grande ( )   | Pequeno ([Ppp]) Médio ([Ppm]) Grande ([Ppg]) |
| Classe do Empreendimento   |  |
| I ( x ) II ( ) III ( ) IV ( ) V ( ) VI ( )   |  |
| Fase Atual do Empreendimento:  |  |
| LP ( ) LI ( ) LO ( )   |  |
| Revalidação ( )  |  |
| Ampliação ( )  |  |
| Licença de Instalação em Caráter Corretivo ( ) Licença de Operação em Caráter Corretivo ( )                              |  |

### 2. Histórico

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Advertências Emitidas Nº: | Multas Nº: |
|---------------------------|------------|

*Handwritten signature/initials*



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM**  
**Núcleo de Apoio Regional COPAM**

Pág.



### 3. Introdução:

A Prefeitura Municipal de Lontra foi autuada em 01/08/2005 como incurso no artigo 19, item 2 do § 1º, e item 6 do § 3º, do Decreto 39.424/98, por ter cometido as seguintes irregularidades, *in verbis*:

#### Artigo 19 (...)

**§ 1º - São consideradas infrações leves:**

*Item 2 – deixar de atender a convocação para licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulado pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio.*

**§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:**

*Item 6 – causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural.*

### 4. Discussão:

O processo encontra-se formalizado. O Auto de Infração em epígrafe foi enviado à Prefeitura através do ofício OF.DISAN/Nº 674/2005, conforme faz prova o AR de fls. 11. Regularmente notificada, a autuada apresentou sua Defesa em 04/10/2005, tempestivamente, alegando, em síntese, que:

- *Que as pendências e os atos eivados de afronta a legislação foram aparecendo a cada dia num começo de gestão difícil, onde o chefe do executivo começou a colocar a casa em ordem;*
- *Que o depósito de lixo deixava de atender as normas ambientais;*
- *Que vem buscando atender as exigências para a adequação do depósito de lixo;*
- *Por fim, pede reconsideração da infração.*

Informa o Parecer Técnico, em síntese, que após a segunda vistoria realizada no local denominado lixão, constatou-se que permanece a irregularidade, onde não foram adotadas as medidas necessárias e adequadas a mitigação dos impactos, sem qualquer controle e causando poluição ambiental. Em virtude disso, e tendo em vista a não apresentação de argumentos técnicos que descaracterizem as irregularidades apontadas, sugere a aplicação da penalidade cabível.

**Diante do exposto**, caracterizada à infringência a legislação ambiental em vigor, remetemos os autos à Diretoria da FEAM, para julgamento da infração leve, e a Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, para julgamento de infração gravíssima, nos termos do parecer técnico, sugerindo a aplicação das seguintes penalidades:

*DP*



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM  
Núcleo de Apoio Regional COPAM

Pág.:



• 1 (uma) multa no valor de **R\$ 403,41**, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "a" (**infração** porte pequeno do empreendimento), c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, com alterações dadas pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

• 1(uma) multa, no valor de **R\$ 10.641,00**, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (**infração gravíssima**, c/c porte pequeno do empreendimento) c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM 64/03.

### 5. Parecer Conclusivo

Favorável: ( ) Não ( X ) Sim

6. Validade da licença (em anos)  
\_\_\_\_\_ (anos)

### 7. Data / Responsável

Data: 14 de junho de 2006.

#### Responsável (is)

Carolina Fagundes de Carvalho

#### Assinatura(s) / Carimbo(s)

Assessora Jurídica  
Masp. 1136423-9

#### Ciência do servidor público responsável pelo setor

#### Assinatura / Carimbo

Maria Cláudia Pinto  
Coordenadora  
NARC Sul e Norte de Minas  
MASP 1064551-3